



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
Gabinete do Vice-Presidente João Paulo Saraiva

PROPOSTA N.º <sup>262</sup> /2019

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

**Pelouro: Vice-Presidente João Paulo Saraiva**

**Serviço: DMF**

Considerando as competências da Câmara Municipal em matéria de aprovação dos documentos de prestação de contas do Município.

### TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE:

1. Aprovar, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea i) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras de 2018;
2. Submeter, nos termos previstos na alínea a) do nº 2 do artigo 25º da referida Lei nº 75/2013 e do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, os supra referidos documentos à apreciação da Assembleia Municipal;
3. Submeter, nos termos previstos no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício, com o valor de 51.277.292,66 euros (cinquenta e um milhões duzentos e setenta e sete mil e duzentos e noventa e dois euros e sessenta e seis cêntimos);
  - a. 5% daquele valor 2.563.864,63 euros (dois milhões quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e sessenta e quatro euros e sessenta e três cêntimos) para Reservas Legais, nos termos previstos no ponto 2.7.3.5 do POCAL;

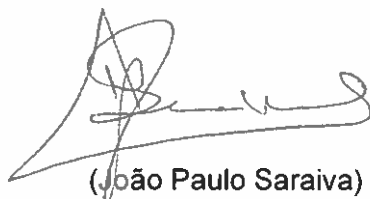


CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
Gabinete do Vice-Presidente João Paulo Saraiva

- b. Os remanescentes 48.713.428,03 euros (quarenta e oito milhões, setecentos e treze mil e quatrocentos e vinte e oito euros e três cêntimos) para a conta de Resultados Transitados.

Paços do Concelho de Lisboa, em 17 de abril de 2019.

O Vice-Presidente



(João Paulo Saraiva)

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Município de Lisboa (Município), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 3.120.472.400,53 euros e um total de fundos próprios de 2.216.462.788,14 euros, incluindo um resultado líquido de 511.277.292,66 euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 867.142.484,25 euros de despesa paga e um total de 1.013.860.651,14 euros de receita cobrada líquida, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental referente à despesa paga e à receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos constantes do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL):

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Município nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

## Ênfase

No corrente exercício o Município procedeu a regularizações contabilísticas no valor global de 26.984 milhares de euros (Nota 8.2.3), relativamente a diversos elementos reconhecidos, há vários anos, na rubrica "Imobilizações em curso" e que já não são suscetíveis de serem identificados, utilizados ou recuperados. Por entender que as referidas regularizações têm um carácter excecional e de grande significado, devendo afetar negativamente o património do Município, e não o Resultado líquido do exercício, em conformidade com o normativo contabilístico aplicável, O Município procedeu ao respetivo reconhecimento na rubrica Resultados transitados.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos abaixo as matérias relevantes de auditoria do ano corrente.

### MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

### SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

#### 1. Imobilizações corpóreas e Bens de domínio público

Conforme evidenciado no balanço em 31 de dezembro de 2018 as Imobilizações corpóreas e Bens de domínio público constituem as rubricas mais significativas do balanço, representando 80% do total do ativo.

Por se tratar de rubricas com grande expressão em que ocorrem anualmente adições, abates e regularizações significativas (Notas 8.2.7 e 8.2.28 do Anexo), estas matérias continuaram a ter grande relevância na auditoria do corrente exercício.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Realização de procedimentos de revisão analítica, comparando os valores de balanço do corrente exercício com os do exercício anterior;
- Realização de testes de conformidade às aquisições, permutas, doações, abates, alienações, transferências de Imobilizado em curso e amortizações do exercício;
- Revisão com os serviços do património dos principais processos de Imobilizado em Curso, e aferição da sua adequada classificação;
- Comprovação da titularidade (incluindo Certidões Prediais) de um conjunto de bens, selecionados por amostragem;
- Verificação física de bens, por amostragem;
- Realização de procedimentos analíticos de validação da razoabilidade das amortizações e dos subsídios ao investimento;
- Leitura das atas da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

**2. Provisões para riscos e encargos**

Conforme evidenciado na Nota 8.2.27 do Anexo, em 31 de dezembro de 2018 o Município mantém no passivo uma rubrica de "Provisões para riscos e encargos" no montante de 204.698 milhares de euros, que inclui provisões para processos judiciais em curso no valor global de 179.971 milhares de euros.

O Município monitoriza de forma permanente o risco inerente aos processos judiciais em curso, tendo por base análises e pareceres emitidos pelos seus serviços jurídicos e assessores legais.

Conforme referenciado na Nota 8.2.3 do Anexo, são constituídas provisões com base nas estimativas de risco relativas a cada processo, as quais dão origem a reforços ou reduções de provisões consoante as circunstâncias.

Por entendermos que a estimativa do montante provisionado envolve um elevado grau de julgamento por parte do Município, consideramos este assunto como uma matéria relevante de auditoria.

Efetuámos procedimentos específicos nesta área, para mitigar os riscos identificados, de entre os quais salientamos os seguintes:

- Revisão detalhada da documentação de suporte das provisões para processos judiciais em curso e, em particular, das respostas obtidas dos advogados, tendo ainda sido realizadas reuniões com os serviços jurídicos do Município para discussão e análise dos processos judiciais e dos litígios mais relevantes;
- Indagação junto do Órgão Executivo e dos serviços jurídicos sobre processos, estimativas e julgamentos efetuados;
- Revisão dos cálculos e apreciação da fundamentação das estimativas referentes aos principais processos judiciais, tendo sido obtidos os esclarecimentos e as justificações solicitadas;
- Verificação dos pagamentos efetuados no âmbito da resolução dos processos judiciais mais significativos;
- Aferição da adequacidade das divulgações apresentadas no Anexo.

**3. Valorização das participações financeiras**

Conforme divulgado nas notas 8.2.3 e 8.2.16 do Anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros, no valor de 154.188 milhares de euros, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado pelas provisões necessárias para reduzir o custo de aquisição ao valor da respetiva quota-parte do capital próprio das participadas.

É regularmente efetuada uma avaliação desses investimentos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade o que, a verificar-se, origina o reconhecimento de uma perda na Demonstração de Resultados.

As eventuais perdas de valor das participações financeiras foram consideradas uma matéria relevante na nossa auditoria porque o montante escriturado destes ativos é significativo.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Obtenção das demonstrações financeiras das empresas participadas, e respetivas certificações legais das contas ou relatórios de auditoria;
- Pesquisa da existência de indícios de que estes ativos possam estar em imparidade;
- Aferição da adequada aplicação dos critérios de mensuração (custo ou equivalência patrimonial), e teste da exatidão dos cálculos realizados;
- Validação das divulgações incluídas no Anexo às demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município de acordo com os princípios contabilísticos constantes do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Município de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Município;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação de uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Município para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Município descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrévemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do Município pela primeira vez na assembleia municipal realizada em 17 março de 2015 para o exercício de funções de auditores para os anos de 2014 e 2015. Nos termos do disposto no artigo 76º e 77º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, em 2 de agosto de 2016 fomos contratados para o mandato referente a 2016. Nos termos do disposto nos artigos 16º n.º 1, e 20º n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, em 5 de julho de 2017 fomos contratados para o exercício de funções no triénio de 2017 a 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificamos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparamos na presente data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Município durante a realização da auditoria.

Lisboa, 10 de abril de 2019

---

MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.  
Representada por António Gonçalves Monteiro





C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**ATA EM MINUTA**

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram deliberadas na Reunião de Câmara Extraordinária de 26 de abril de 2019, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

**Proposta n.º 258/2019**

**(Subscrita pelos Srs. Vereadores Miguel Gaspar e João Paulo Saraiva)**

Apreciar o Relatório do Conselho de Administração e as Contas relativas ao exercício de 2018 da EMEL - Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, E.M., S.A., assim como a Proposta de Aplicação dos Resultados e o Parecer do Fiscal Único, bem como mandar o representante do Município de Lisboa na assembleia geral para os aprovar, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	9 (6PS, 2Ind. e 1BE)	7 (3CDS/PP, 2PPD/PSD e 2PCP)	0

**Proposta n.º 259/2019**

**(Subscrita pelos Srs. Vereadores Paula Marques e João Paulo Saraiva)**

Apreciar o Relatório do Conselho de Administração e as Contas relativas ao exercício de 2018 da GEBALIS - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, E.M., S.A., assim como a Proposta de Aplicação dos Resultados e o Parecer do Fiscal Único, bem como mandar o representante do Município de Lisboa na assembleia geral para os aprovar, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	9 (6PS, 2Ind. e 1BE)	7 (4CDS/PP, 1PPD/PSD e 2PCP)	0



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**Proposta n.º 262/2019 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)**

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do Município de Lisboa de 2018, bem como a proposta de aplicação de resultados, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	8 (5PS, 2Ind. e 1BE)	7 (4CDS/PP, 1PPD/PSD e 2PCP)	0

**Proposta n.º 263/2019 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)**

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a 1.ª Revisão ao Orçamento de 2019 e às Grandes Opções do Plano 2019-2022, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	8 (5PS, 2Ind. e 1BE)	5 (4CDS/PP e 1PPD/PSD)	2 (PCP)

**Proposta n.º 264/2019 (Subscrita pelo Sr. Presidente)**

Deliberar ratificar o Acordo para a organização e realização do Evento "Web Summit" na Cidade de Lisboa, no período compreendido entre 2019 e 2028, nos termos da proposta;

**(Adiada)**

**Proposta n.º 265/2019 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)**

Aprovar os juros indemnizatórios relativos à Taxa Municipal de Proteção Civil, nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**Proposta n.º 271/2019**

**(Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto e pelos Srs. Vereadores do CDS/PP)**

Aprovar as bases para a cooperação, no âmbito do projeto de investigação e edição da obra completa do Marquês de Pombal, a respetiva minuta de Protocolo de Cooperação e transferência de verba, bem como submeter à autorização da Assembleia Municipal de Lisboa a assunção dos encargos plurianuais, nos termos da proposta;

**(Aprovada por unanimidade)**

**Proposta n.º 272/2019**

**(Subscrita pelo Sr. Presidente)**

Aprovar a atribuição de apoio financeiro à Associação Clube de Criativos de Portugal, bem como a correspondente minuta de contrato-programa, nos termos da proposta;

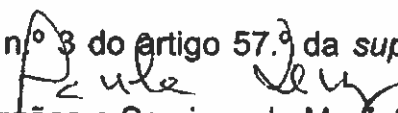
Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13 (6PS, 2Ind., 4CDS/PP e 1BE)	2 (PPD/PSD)	2 (PCP)

**Proposta n.º 273/2019**


**(Subscrita pelos Srs. Vereadores do PPD/PSD)**

Aprovar proceder à revisão da análise ao Amianto nas Escolas Básicas e Jardins de Infância de Lisboa, nos termos da proposta;

**(Adiada)**

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da *supra* citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, eu, , Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município, mandei lavrar.

Paços do Concelho, aos 26 de abril de 2019

O Presidente  
  
Fernando Medina

PROPOSTA N.º 262/2019 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O RELATÓRIO DE GESTÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE LISBOA DE 2018, BEM COMO A PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

**O Sr. Presidente em exercício:** - Ponto 5 da Ordem de Trabalhos, aprovação, aprovar e submeter à Assembleia Municipal o Relatório de gestão e demonstrações financeiras do município de Lisboa. Desta vez sou eu tenho essa responsabilidade pelo menos para começar, sem prejuízo da Direcção Municipal de Finanças poder apoiar-me nas questões que venham a ser suscitadas pelos Sr. Vereadores.

Ora, o que é que caracteriza este Relatório e Contas de 2018 do Município de Lisboa? Desde logo, o crescimento da atividade/investimento; por outro lado, o apoio às famílias, portanto, Impostos e Taxas mais baixas da AML; a redução continuada do Passivo Legal; a redução continuada da Dívida e do prazo médio de pagamento e Dívida a Fornecedores, que se mantém em valores muito reduzidos; a valorização dos trabalhadores municipais; as empresas municipais sustentáveis na sua globalidade e com uma grande concretização dos objetivos, não tanto quanto aquilo que gostaríamos, mas ainda assim muito expressiva.

Em primeiro lugar, o aumento da atividade e do investimento do Município, que veio a ter essa trajetória que está ali explicitada; a vermelho, estão os compromissos que o Município tem assumido ano após ano, e em 2018 atingiram o valor de 626 milhões de euros, mas que de facto têm uma singularidade, que de alguma forma tem alguma distorção relativamente àquilo que são os valores que têm sido, digamos, a trajetória está demasiado pronunciada de crescimento em face dos 96 milhões de euros de liquidação do Processo Áreas Romão; a atividade em 2016, 2018, desculpem, cresce; o investimento propriamente dito, tem um ligeiro decréscimo, em face evidentemente daquilo que é o ciclo normal de um Mandato, que começa por ter uma fase de projeto, de definição de projeto, de processo, do desenvolvimento de todo o processo concursal, e depois do desenvolvimento da atividade, e portanto, no fundo ele tem, ele termina num pico quando do final da execução de cada um dos investimentos, o que de alguma maneira coincide, como é evidente, com o ciclo do Mandato em que grande parte dos investimentos só são possíveis se concluir na fase final desse mesmo

Mandato, ainda assim, a curva não é tão pronunciada como em anos anteriores, porque foi possível manter um ciclo de investimento muito pronunciado e não ter a quebra significativa de outras épocas da vida municipal.

O Plano, um bom exemplo daquilo que é a execução de um investimento municipal, é o seu Plano de Investimentos Lisboa 21, de 2016 a 2021, que como sabem tem um montante global de 523 milhões de euros de investimento, e que até Dezembro de 2018 já tinham sido executados 136 milhões, contratado até Dezembro, o que significa que o executado está dentro deste contratado, 278 milhões de euros, portanto já com Contratos assinados e em execução, e o investimento alocado que engloba todos os outros e todos aqueles que já têm procedimentos em fase de lançamento e da contratação, até Dezembro de 2018 tínhamos 441 milhões de euros alocados, o que nos permite aqui numa visão gráfica dos mesmos valores, eles permitiram intervir nas 3 áreas que estão contempladas dentro deste pacote de investimento.

Desde logo naquilo que é na imagem da esquerda, que tem que ver com a habitação na Quinta da Boavista, numa Bacia de Retenção no Vale da Ameixoeira, que apesar de, como todos sabemos, e estamos para retomar este processo brevemente em Câmara, o Concurso do grande investimento nesta área do Plano de Drenagem são os túneis propriamente ditos, todas as restantes áreas de investimento têm muito menos longo financeiro, mas ainda assim tem tido toda a execução que estava planeada e neste caso temos aí as imagens da Bacia de Retenção do Vale da Ameixoeira ainda em fase de construção.

Uma escola também, na imagem que se seguiu e uma divisão aqui, um gráfico que nos mostra a execução dentro de cada uma das gavetas Habitação, Plano de Drenagem e Reabilitação Urbana; depois o investimento contratado, na perspetiva que foi mostrada há pouco, e portanto, as divisões por cada uma das gavetas: Reabilitação, Habitação e Plano de Drenagem, e também o investimento alocado com Habitação, como se percebe pelos 440 milhões de euros alocados, há aqui ainda uma forte, uma componente de cerca de 80 milhões de euros, que está já decidido que vão e será trazido nas próximas semanas a esta Câmara em diferentes formatos, para reforçar a componente de habitação.

Em resumo, bem, agora a habitação, onde é que em cada uma das suas componentes se subdivide esse mesmo valor executado de 30 milhões? Reabilitação de fogos municipais, 8.9; Realojamento do Bairro da Cruz Vermelha, 1.7; Bairro da Boavista, 5.5; Padre Cruz, 1.6; Reabilitação de Bairros

Municipais diversos, 12.4; valor contratado 82 e o valor alocado 84, como foi referido há pouco; relativamente à Reabilitação Urbana 103 milhões de euros executados; Equipamentos Educativos, 20.9; Equipamentos Culturais, 6.9; Espaço Público, 3.6, 32.6; Arruamentos e Pavimentos, 16; Estrutura Verde, 7.9; Mobilidade Ativa, 8.9; Estacionamento, 9.6, o que perfaz os tais 103 milhões de euros, se falarmos de contratados, 187 e do alocado, 231.

Agora uma coisa que todos gostam muito, especialmente a Oposição, de me ouvir, é que de facto nós fazemos, temos conseguido esta performance, mantendo também a nossa performance de termos os Impostos e as Taxas mais baixas da Área Metropolitana de Lisboa, isso está muito claro aqui relativamente ao IRS, em que a esmagadora maioria dos Municípios devolve zero, nós resolvemos metade daquilo que podíamos, daquilo que é, que seriam as nossas receitas nesta área, quem vem a seguir devolve menos de metade do que nós devolvemos, o que não deixa de ser interessante; a Taxa do IMIO temos no mínimo, somos quem tem a Taxa mais baixa da Área Metropolitana de Lisboa, devolvemos mais no primeiro, temos a taxa de cobrança mais baixa no segundo, e relativamente àquilo que são as Tarifas de Resíduos Urbanos e de Saneamento, temos também aqui as Taxas mais baixas, ou seja, quem vive em Lisboa paga as menores Taxas da Área Metropolitana de Lisboa, tem menores Tarifas.

Ainda assim, conseguimos reduzir o Passivo de 2017 para 2018, de 1066 milhões de euros para 904, portanto menos 162 milhões de euros, 15,2%, se compararmos de onde é que viemos no seu ponto mais alto, 2009, 1952 milhões para 904, recorde, menos 1048 milhões de euros, 53.7%, aqui dá a evolução histórica, sempre a descer, ainda se comparássemos com o impacto daquilo que foi a Operação Aeroporto, a performance é extraordinária.

A redução da Dívida Legal de 2017 para 2018, passámos de 484 milhões de euros para 433, menos 51 milhões, 10.5%, como tínhamos referido na execução do Banco Europeu de Investimento, e portanto, o Pacote de Investimentos Lisboa 21 é uma substituição de Dívida, ainda assim com a capacidade, para além de substituímos dívida, de continuarmos a baixa-la, se compararmos, de facto, com trajetória desde 2007 onde atingimos o ponto máximo da dívida legal, viemos de 955 milhões para 433, reduzimos para metade, menos de metade, a Dívida Legal.

Também este é um dado interessante, que é um rácio que a Lei de Finanças Locais contempla, e que dá as obrigações, quer de alerta precoce, dados, quando o rácio é maior do que um, da dívida, sobre a média da Receita dos últimos 3 anos e que nós há 2 anos consecutivos estamos abaixo desta média,

e portanto, é a primeira vez neste Século em que estamos abaixo deste limiar, e é a primeira vez, é o segundo ano consecutivo, podem começar a dar os parabéns.

A Dívida a Fornecedores também vem destes números que todos sabemos, até nos custa pronunciar, 459 milhões, portanto, a Dívida a Fornecedores em 2006, em 31 de Dezembro, era maior do que hoje a Dívida Global Legal da Câmara, só a Fornecedores, e hoje é 1,9 milhões de euros, em 31 de Dezembro, 3 dias de prazo médio de pagamento, anda aqui neste mesmo número desde 2014.

E agora, os Custos Operacionais do Município. Há aqui a sublinhar a descida dos fornecimentos e serviços externos, alinhada de alguma forma com a performance, como eu disse, dos ciclos de Investimento e dos ciclos dos empreendimentos de investimento, e portanto, daquilo que são normalmente os ciclos da obra.

Depois, as Transferências e Subsídios Correntes, com um aumento claro, em que obviamente entra aqui o início de um trabalho, quer de valorização, um início, um reforço da valorização das Empresas Municipais e daquilo que são as suas Transferências, para que elas possam funcionar numa plataforma de sustentabilidade, mas também um crescimento acentuado, obviamente, pelo início das Transferências para a Carris.

Depois, as Amortizações, também com um valor importante, e as Provisões de Exercício, que caem obviamente, em face daquilo que foram, que foi a Resolução de um dos maiores Processos que o Município tinha, o Processo Áreas Romão, portanto, o total dos Custos Operacionais mantêm-se muito em linha.

Ah, e os Custos com Pessoal sobem na casa dos 10%, 9,8, em face de tudo reposições salariais, da possibilidade há muito ambicionada pelos Trabalhadores do Município, da Administração Pública em geral, e progressão nas carreiras, em que o Município de Lisboa foi uma das Entidades Públicas do País que mais rapidamente deu resposta a esta ansiedade dos Trabalhadores do Município em menor espaço de tempo, porque já tínhamos feito um trabalho evidentemente de preparação de todo esse processo, e o crescimento, quer do número de trabalhadores associados à Higiene Urbana, quer à Polícia Municipal fez algum deste crescimento.

Isso está também traduzido no slide que se segue, em que nós propomos a admissão de 32,2% das Provisões e nomeadamente na rubrica de Outros Riscos e Encargos, a Taxa Municipal de Proteção Civil, que como se recordam, a decisão foi no final do ano de 2018 e a liquidação no início, estou a dizer uma

coisa errada, no início 2019, não, 17, 18, portanto, baixaram as Provisões em 18, porque elas em 17 tinham subido muito em face desta decisão, que nós incorporados nas contas de 17, e que portanto quando depois liquidados a Taxa, a devolução da Taxa de Proteção Civil, ela teve reflexo na diminuição de Outros Riscos e Encargos; a subida de 21,2% das transferências está detalhada aqui, com a Carris; os Agrupamentos de Escolas, com os manuais escolares; a RTP, com o Euro-Festival e as Freguesias no final do ciclo, o fecho dos Contratos de Delegação de Competências do ciclo anterior, que muitos deles veio a ocorrer em 2018, como se recordam.

Quanto à Estrutura de Proveitos. As Vendas e Prestações de Serviços sobem 7.8; os Impostos e Taxas decrescem 29.4, já lá vamos, nomeadamente pela não cobrança da Taxa Municipal de Proteção Civil; Proveitos Suplementares que decrescem ligeiramente; as Transferências e Subsídios obtidos muito idêntico ano anterior, portanto, 718 milhões de euros em 2017, 697 milhões de euros, menos 20 milhões de euros, de 2017 para 2018, está detalhado depois no quadro, no slide que se segue.

O IMT cresce 16.5; o IMI cresce 4.1, a Derrama decresce 8 milhões de euros, já verificado este ano, que foi algo circunstancial em face da própria dinâmica da Derrama, que continua para os Municípios a ser muitíssimo opaca, e portanto, não temos informação detalhada que nos permite dar grandes explicações sobre como é que cobrámos menos 8 milhões em 2018, mas em 2019 já vamos acima daquilo que era a expectável, portanto, parece-nos que houve aqui algum deslizamento na entrega ao município destes valores; a TRIU com menos a 10.6 milhões de euros, em face de, no final de 2017 houve um, e o ano de 2017 foi um ano em que apareceram processos com grandes volumes e que depois liquidaram uma TRIU a valores muito altos, o que fez esta disfunção, diria eu, porque estes valores voltaram à normalidade.

A Taxa Municipal de Proteção Civil, que eu já referi, com menos cerca de 20 milhões, um conjunto de restituições de 11 milhões, que ficam diretamente na Autoridade Tributária, que a informação que nós temos, até ao detalhe que temos, prendem-se com um conjunto processos que temos noção que têm a ver, eventualmente, com a Derrama, com o IRC e que portanto com a Derrama associada e daí este aumento das restituições e a subida de 6,8 milhões de euros nas Vendas e Prestações de Serviços, que advém do FEE da EMEL ter crescido e da Tarifa de Saneamento no período de ajustamento para grandes consumidores, ou grandes produtores, melhor, que tinha um regime transitório que só terminou em 2018 e daí vem um crescimento de 3.1, que também está associado ao crescimento do consumo de água na cidade de Lisboa, o que faz



com que, como a Tarifa está indexada ao consumo de água, também por aqui tenhamos um aumento.

Aqui temos os Proveitos e Custos Operacionais. Pela primeira vez, depois deste ciclo de, desde 2014 até 2017, os Proveitos Operacionais cresceram com a inflexão que advém, como já verificámos, da diminuição, do desaparecimento da Taxa Municipal de Proteção Civil e que portanto nos convoca a todos para refletir sobre este decréscimo e para o analisarmos, os Custos Operacionais têm tido este crescimento gradual que nós pensamos estabilizar aqui neste número de cerca dos 500 milhões de euros para os próximos tempos, o que permitirá sempre fazer, manter também este nível de investimento que nos permite pela libertação de disponibilidade, portanto liberta-nos disponibilidade financeira para podermos aumentar o nosso investimento, ou pelo menos para mantermos em níveis sustentáveis.

As empresas municipais estão como já tivemos oportunidade de apreciar durante este período todo, sustentáveis, também é relevante e muito relevante verificarem que aquilo que são a opinião dos nossos revisores oficiais de contas de cada uma das empresas, ou tem melhorado ou manteve-se, portanto, manteve-se a EGEAC, a SRU e a Gebalis com 0 reservas, a EMEL que tinha 3 reservas no ano anterior, passa a ter apenas uma, portanto resolveram-se os problemas das disponibilidades e algumas questões relacionadas com os ativos da própria empresa, e com as operações realizadas sobre os ativos, nomeadamente na relação com o município, e a Carris que tem 2 reservas que mantêm iguais às do exercício anterior, nos mesmos pontos, e que estão a, como já foi explicado aqui, não estão diretamente relacionadas ou dificilmente se conseguem resolver esta reservas apenas com a ação da Carris, elas dependem de terceiros, mas estamos a fazer um esforço nesse sentido, como se pode ver pelo gráfico o habita era profundamente negativo há 10 anos atrás, ou há 12 anos atrás, agora é todo ele positivo assim como os capitais próprios, sempre negativos em anos anteriores em que o município se financiava através das empresas, nos anos anteriores há 12 anos atrás, e agora financia as empresas na justa medida da sua atividade e daquilo que lhe pede, daquilo que é aqui aprovado neste órgão e na Assembleia Municipal. A dívida bancária completamente controlada, e é nossa intenção que estes 11 milhões de euros da Gebalis que vem lá atrás destes 32, quando em 2007 esta equipa que agora gere o município tomou posse, tem vindo a ser diminuídos de forma muito, muito expressiva, mas ainda assim, vamos resolvê-los este, ele é nossa intenção resolver estes 11 milhões no próximo, durante este ano de 2019.

Isto permite-nos, escolhi este exemplo, mas há muitos outros para podermos aqui analisar mas o município de Lisboa é pelo 6.º ano consecutivo considerado pela *Bloom consulting* Portugal o município português que é o melhor município, que está em 1.º lugar para viver, para visitar e para fazer negócios, e para já era tudo, portanto poderemos passar ao Vereador Nuno Rocha Correia.

**O Sr. Vereador Nuno Rocha Correia:** - Muito obrigado Sr. Presidente em exercício.

Eu já tive oportunidade de o cumprimentar por este relatório de contas, no que diz respeito à sua forma, à sua construção técnica, e dou os parabéns a toda a equipa do Departamento de Finanças, o relatório está bem construído tecnicamente, em relação ao conteúdo já não posso dar os parabéns, e infelizmente vou ter que lhe fazer aqui o contraditório, porque não estamos a ver a mesma realidade, e gostaria de salientar que nós verificamos, efetivamente uma descida da receita corrente em cerca de 3%, 20 milhões de euros, e uma subida da despesa corrente, mesmo já esta ajustada aos fenómenos que já teve oportunidade de referir, uma subida de cerca de 40 milhões de euros da despesa corrente ajustada, cerca de 9%, o que provoca de imediato um desequilíbrio nos respetivos rácios de equilíbrio orçamental, ou seja estes que ainda estão positivos, mas tiveram uma quebra significativa, uma degradação significativa destes rácios de equilíbrio orçamental em relação a 2017. Isto, não nos esquecendo que a Câmara tem uma receita fiscal de 546 milhões de euros, o que representa 74% do total de receita corrente, pode o Sr. Vice-Presidente dizer com toda a propriedade que a Câmara é amiga das famílias no sentido de apresentar as taxas relativas mais baixas da área Metropolitana de Lisboa, é verdade, e bem, mas em termos absolutos é um sorvedor enorme de impostos cobrados, 546 milhões de euros de impostos cobrados às famílias e às empresas para o orçamento de mil milhões que a Câmara tem, e acresce a isto que aquilo que a Esquerda tanto gosta de criticar da especulação imobiliária, a Câmara vive à custa da especulação imobiliária, ou seja, vive à custa das transações imobiliárias que somaram só a módica quantia de 255 milhões de euros de impostos sobre a tal especulação imobiliária, mas que faz viver esta Câmara, é engraçado, 255 milhões de euros são 25% do total de receitas que a Câmara teve com a tal especulação. Regista-se também aqui uma diminuição do ativo em cerca de 116 milhões de euros para 3,120 mil milhões, regista-se também aqui uma diminuição da receita patrimonial que atingiu somente 63 milhões de euros, diminuiu cerca de

5 milhões em relação a 2017. Eu volto aqui a falar de um ponto que já em outras sessões tínhamos conversado, que é a excessiva dependência dos empréstimos de médio e longo prazo, estarem praticamente todos ou mais, mais de 80%, 85% ancorados em taxa variável, e sobretudo são empréstimos de médio e longo prazo, e o perigo que isso pode trazer para o serviço da dívida, se houver uma inversão de taxas dos próximos ano, ano e meio, 2 anos, e portanto acho que era importante essa reflexão por parte da Câmara.

Há efetivamente um fraquíssimo desempenho da taxa de execução dos fundos comunitários, não percebo porquê, se enfim, porque é que só 55% dos fundos comunitários é que foram executados, e também como o Sr. Vereador, o Sr. Vice-Presidente referiu há pouco, estranho imenso que num quadro de forte crescimento económico, no país, na cidade de Lisboa, a derrama caia 19 milhões de euros, realmente é estranhíssimo, estranhíssimo como é que é possível a derrama cair 19 milhões de euros, menos 20% do que o ano passado.

Também aqui de referir um ponto negativo, e bastante negativo que é a taxa de execução da despesa de capital foi somente de 69%, mais grave é que a taxa de despesa de investimento, portanto, aquilo que era previsto executar, e não foi executado, foi só 59%, e existe uma diminuição de 22 milhões de euros em relação a 2017, e portanto isto é algo que também não fica bem nas contas de ninguém, não é?

Quando nós vamos analisar o plano de atividades e vamos verificar os vários eixos, aí sim, vemos que há situações constrangedoras como infraestruturas culturais, equipamentos sociais, viadutos, arruamentos, cujas taxas de execução são inferiores a 35%, e depois entrando nos eixos, no eixo A, a habitação tem uma taxa de execução de somente 64%, no eixo B as escolas só 68%, dar força à economia, portanto uma Câmara que aparentemente não é nada amiga dos empresários, nada amiga, tem só 37%, 37% de taxa de execução, portanto apoio aos empreendedores, ao comércio, às atividades da economia real, 37%, é triste ver este número, e a participação cidadã aqui, que eu acho que é um, enfim, uma bandeira de Esquerda e devia ter aqui a sua expressão, só tem 55%, e portanto Sr. Vice-Presidente, infelizmente a nossa visão é diferente, podiam ter feito muito melhor, não fizeram, e realmente a nota ainda é negativa.

Obrigado.

**O Sr. Presidente em exercício:** - Sr. Vereador João Pedro Costa.

**O Sr. Vereador João Pedro Costa:** - Muito obrigado Sr. Presidente.

Eu permitir-me-ia acrescentar mais um conjunto de perguntas, e a 1.<sup>a</sup> relativamente ao prazo médio de pagamentos, e a forma como é calculado, e foi aqui apresentado, queria saber se se trata de um indicador, e portanto a dívida a fornecedores a 31 de Dezembro a dividir pelo volume de compras anual, vezes 365, o que implicaria que a Câmara fizesse um esforço nos últimos dias, e no último mês da execução até 31 de Dezembro, para pagar tudo para chegar ao fim ter um bom indicador, mas podia passar o ano todo com prazos de pagamento mais alargados, ou se é o valor real, que é, seria também possível de obter e este já não é martelável, perdoe-me a expressão, que é a média simples de todas os pagamento de todas as faturas, gostava de perceber se o prazo médio de pagamentos corresponde a qual destas realidades.

Queria também dar nota que, de facto há aqui um, nesta trajetória da Câmara há aqui um efeito muito positivo dos 277 milhões de euros do memorando de entendimento, perceber que permitiram de facto, foram a grande almofada e a grande alavanca para a dinâmica que a Câmara desde então tem conseguido desenvolver, e para muitas das políticas que têm conseguido prosseguir, incluindo por exemplo, receber a Carris, queria dar nota de mais alguns números que na nossa ótica são preocupantes, e são, sem entrar em detalhes técnicos demasiado finos, são aqueles que eu diria dizem mais aos lisboetas, em 2017 a despesa de funcionamento incluindo pessoal a dividir pela população de Lisboa totalizava 504 euros, em 2018 são 526, portanto cada cidadão de Lisboa, de qualquer idade está a pagar mais 22 euros de despesas de funcionamento, incluindo de pessoal, se formos para o investimento em 2017 o investimento a dividir pela população dava um valor de 279 euros, em 2018 dá de 232, e portanto cada lisboeta de qualquer idade, desde a data de nascimento até à data da morte está a investir menos 46 euros em investimento, e portanto há aqui uma trajetória de aumento de despesas de funcionamento, e de redução de investimento na cidade, e dos impostos que cada cidadão, enfim média aritmética, portanto não são nem idades de pagar impostos, desde o 0 anos até à data do seu falecimento, pagam para a Câmara de progressivo, o maior peso de despesas de funcionamento, e de progressivo menor peso de despesas de investimento, e esta é a trajetória estrutural que nos parece mais preocupante de todas, porque a continuar nesta trajetória vamos chegar a um momento em que a Câmara se transformará numa máquina que consome todos os recursos que obtém, e que investe 0 a favor das pessoas.

Muito obrigado.

**O Sr. Presidente em exercício:** - Muito bem.

Vereador Jorge Alves.

**O Sr. Vereador Jorge Alves:** - Muito obrigado Sr. Vice- Presidente.

Dar nota de que o documento que estamos hoje a apreciar, tem 2 componentes, tem esta componente muito técnica, e muito financeira, e relativamente a ela não temos, portanto grandes reparos, o conjunto dos indicadores demonstram uma melhor performance financeira por parte da Câmara, o conjunto dos mapas que nos são apresentados, demonstram parece-nos com rigor quer as receitas, e sua proveniência, quer os investimentos e os custos correntes, contudo este documento tem, quanto a nós, uma matéria mais importante do que essa que é a análise daquela que foi a atividade da Câmara, na medida em que ela revela aquelas que são as prioridades e as opções políticas da própria Câmara, e portanto é sobretudo sobre essas questões que o PCP se centra mais do que, numa análise económico-financeira do município, e obviamente essa questão convém importar, desde logo que há uma insuficiente informação relativamente ao conjunto das atividades que o próprio município desenvolve, apesar de existir uma extensa lista de atividades ao longo de diversas páginas, a verdade é que ela não permite uma leitura agregada e eficaz, nem nos permite a partir dessa leitura perceber com rigor a estratégia e as prioridades que o município entendeu seguir ao longo do ano 2018, a título de exemplo, se quisermos para ser mais fácil, da leitura completa do relatório de gestão, fica completamente omissa, ou vazio de informação aquela que é por exemplo, a política do município relativo ao desporto, ou à cultura, ela não existe, está absolutamente omissa ao longo deste conjunto de informação que nós temos, naturalmente que percebemos a ênfase que o município dá, relativamente à redução da dívida, ela é concreta, real, objetiva, bem como o facto de ela estar a ser conseguida, particularmente nestes últimos anos. Com tudo, aquilo que para o PCP importa é perceber, efetivamente este equilíbrio financeiro, que reconhecemos ser sustentado, a questão que se coloca, dizia eu, é à custa do que é que é conseguido esse equilíbrio? Que prioridades é que foram perseguidos na política municipal? A favor de quem? E em que condições? Ou seja, e concluindo, a questão a da análise destes documentos é, quanto a nós, uma análise eminentemente política, porque ela deve espelhar quais é que foram as prioridades seguidas e se essas prioridades servir os lisboetas ou se

estiver no essencial ao serviço da transformação da cidade a favor dos grandes interesses imobiliários? muito obrigado.

**O Sr. Presidente em exercício:-** Não sei se mais algum dos Srs. Vereadores... Vereadora Ana Jara.

**A Sra. Vereadora Ana Jara:** - Na sequência do que disse o Vereador Jorge Alves, eu tinha aqui uma questão, porque nós verificámos, agora apareceu aqui um gráfico sobre o IMT e o IMI e a subida do valor, mas não aparece nada que nos diga qual o retorno, porque há muito imposto destes que vai ser retornado ao abrigo dos benefícios fiscais.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

**A Sra. Vereadora Ana Jara (cont.):** - Sim, nomeadamente, pronto, com a questão da ARU a expandir e todas estas questões estratégicas da Câmara e, nós temos, de facto, que se esteja a confundir reabilitação urbana, que é uma prioridade da Câmara, expressa com especulação imobiliária. Como é que a Câmara faz essa distinção? E, como é que a Câmara pensa utilizar esta mais valia imensa que tem, como é que a Câmara desenha essa... não é a aplicação do imposto, mas, com é que a Câmara percebe este imposto e como é que a Câmara entende esta ideia de reabilitação e de dar benefícios à reabilitação que pode ser especulação?

**O Sr. Presidente em exercício:** - Mas algum dos Srs. Vereadores? Então muito bem. É interessante, de facto, como podemos ter visões tão diferentes sobre algumas matérias. Já sobre outras, que são mais objectivas, torna-se um bocado mais difícil.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

**O Sr. Presidente em exercício (cont.):** - Não, não, sou com certeza, eu sou, aliás, como vossa Ex<sup>a</sup> sabe e eu muito aprecio, um apreciador da diferença, eu, por exemplo, aprecio muito que estejamos, normalmente, ou a esmagadora maioria das vezes, em campos opostos a olhar para a mesma coisa, a vermos coisas bem diferente e eu faço gáudio disso, apesar de apreciar muito vossa Excelência, mas, sempre na diferença, mas, no entanto, eu gostava de, um por um, poder que responder àquilo que foram, algumas das importações e das

intervenções que foram feitas. Bem, eu não me admiro que, a direita, numa forma geral, uma mais que outra, olhe, para estes números, em que, em toda a adjetivação que utiliza, utiliza a lógica coletiva de crescimento daquilo que são os investimentos coletivos da cidade a preparação da cidade, para aquilo que são as suas necessidades presentes, mas também, aquilo que é o seu futuro. E que utilize sempre aquela adjetivação, que nos faz a todos, que me sugere a todos, que de facto, aquela máxima da direita que 1 euro nas mãos de um privado, é sempre muito melhor utilizado do que nas mãos, daquilo que é, neste caso, a administração autárquica. E portanto, a mim parece-me claro que, quando partimos destas premissas que, de maneira nenhuma, estamos de acordo sobre elas, torna-se bastante mais difícil, olhando para as mesmas coisas, ver o mesmo.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

**O Sr. Presidente em exercício (cont.):** - Òh, tantas vezes no caro Vereador. Olhe, a última vez que ouvi, foi um deputado municipal, não foi vossa Excelência, foi um deputado municipal, do CDS na Assembleia Municipal. Mas podíamos daí irmos por muitas outras situações agora, o que eu gostava de que eu gostava de dizer, mas solução, pois tanto contrapõe, deixe-me só a Iraque, o que me parece importante a sobre a que o que só foi a apresentação que acabámos de fazer mais por um lado, a agradeço a as palavras sobre aquilo que foi que o que a apresentação das contas a na sua parte mais técnica e sobre aquilo que é qualidade reconhecida. Os presentes, mas também pelo por aqueles que de forma mais ou menos isenta e desapaixonada olham para as nossas contas, nomeadamente o nossos revisores oficiais de contas que tem também, eu falei há pouco das empresas, mas fá-lo agora da Câmara, há 2 anos consecutivos que temos 0 reservas, que, digamos que, partimos de um número bastante elevado e fomos resolvendo toda essa matéria. E portanto, aceites as congratulações e entregues, diretamente, àquilo que é a equipa que muito me orgulho de coordenar, do município de Lisboa sobre estas matérias da área financeira. Depois, de facto, olhando para a mesma realidade de forma diferente, há aqui uma coisa que é evidente, apesar de os números que o vereador, João Pedro Costa referiu sobre médias, sobre aquilo que são os custos em impostos que o município de Lisboa arrecada os custos por cada pessoa, e portanto, esses rácios por munícipe, a mim, parece-me evidente, é que, se esses munícipes, com o mesmo rendimento vivessem aqui num dos municípios, o lado, nomeadamente, alguns que são geridos à

direita, eles iam pagar. Consumiam a mesma água e pagavam mais taxa de saneamento e de resíduos urbanos. Tinham um mesmo edifício, que valia a mesma coisa que aqui Lisboa e, pagavam mais IMI e, se transaccionassem o seu edifício, ele valia o mesmo porque a taxa é igual para todos e nós não lhe podemos mexer, portanto, é muito interessante perceber que o raciocínio que é feito, é feito apenas olhando para a cidade de Lisboa esquecendo-se daquilo que é a vossa prática sobre esta mesma matéria onde são poder.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

**O Sr. Presidente em exercício (cont.):** - Pois não sei, aquilo acho que em Cascais não é só 5ª da Marinha, não é só 5ª da Marinha. Aquilo tem lá outras realidades, o Sr. Vereador anda a frequentar só os mesmos sítios, tem de diversificar mais.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

**O Sr. Presidente em exercício (cont.):** - Mas ainda assim, era interessante que vossas excelências pegassem nesse raciocínio, fossem tentar lá vender, porque eu ia convosco.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

**O Sr. Presidente em exercício (cont.):** - Disfarçava-me, que era chato agora aparecer lá um intruso e ia defender lá aquilo que é a nossa posição

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

**O Sr. Presidente em exercício (cont.):** - Porque também as a tomarem apareceu ao intruso e ia lá defender aquilo que é a nossa posição.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

**O Sr. Presidente em exercício (cont.):** - É verdade, custa muito admitir, que nós, os despesistas socialistas praticamos taxas de impostos menores do que vossas excelências naquilo, nos sítios onde são poder. É difícil eu sei. Portanto, depois recorrem ao subterfúgio de: Ah mas no final arrecadam-se



mais impostos. Pois com certeza, as casas valem mais, as pessoas ganham mais, pagam mais IRS as...

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

**O Sr. Presidente em exercício (cont.):** - Não. Investe mais. Porque...

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

**O Sr. Presidente em exercício (cont.):** - A despesa corrente sobe em resultado de muitas votações que vossa Excelência, votou aqui até por unanimidade. Olhe, quando votámos por unanimidade, ou pelo menos com uma larga maioria, as questões relacionadas com higiene urbana, elas depois e hoje depois juntam-se as despesas correntes, porque, uma parte significativa daquela iniciativa, portanto, digamos que, aquilo que vos parece mal aqui nas contas, parece-vos bom, quando se trata de resolver os problemas das pessoas, porque aí, vossa Excelência até com grande unanimidade e algumas vezes reivindicando a paternidade, dessas mesmas medidas, vêm aqui: Áh, aqui Del'Rei, se não fazemos mais investimento a higiene urbana, ouvia eu, de algumas das proeminências que aqui se sentam hoje comigo. E agora, àh, que consequência terrível que isso tem. Aumenta ligeiramente as despesas correntes, ainda assim, de forma muito controlada. E, os Srs. participaram na decisão, nessa altura não se lembraram, mas eu vou vos começar a lembrar, durante as próximas vezes, eu, porque eu até gosto de ajudar, é uma coisa que eu tenho cá para mim que é, gosto de ajudar e não gosto de vos ver entrar em contradições e então precisamos claramente de vos dar essa ajuda. E portanto, o que nós estamos a fazer, é aquilo que, de facto, os senhores, quando aparecem as medidas, gostam delas até se apadrinham e muitas vezes, querem ser uma parte dos pais da medida. E agora, que ela assenta nalgum crescimento da despesa corrente, já não gostam. Isso é muito interessante. Agora o que nós estamos a fazer, de facto, é algo de revolucionário em várias áreas, nomeadamente, na área da mobilidade, há dúvidas sobre isso? Isso tem reflexos aqui nas nossas continhas. É que isso faz crescer a nossa despesa corrente, também. É que, de facto, não pode haver esta duplicidade de abordagens, no dia da apresentação da proposta, e que grande ideia e que até alguma foi nossa e, nós até participámos. E depois, quando se trata de apresentar contas, malandros estes socialistas crescem a despesa corrente. Portanto, vejam lá se decidem em que lado é que querem

ficar. Depois sobre o IMT e o aproveitamento do IMT, portanto, daquilo que resulta das transações do edificado, obviamente que, também do lado dos custos...

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

**O Sr. Presidente em exercício (cont.):** - ... também do lado... já lá vamos, já lá vamos que aí também temos muito para vos dizer. Na parte da habitação.

(Intervenções imperceptíveis fora do microfone)

**O Sr. Presidente em exercício (cont.):** - Mas ouçam, ouçam, não se entretenham a trocar galhardetes, esperem lá é um bocadinho. Na parte da habitação, muitas das políticas de habitação que estão a ser desenvolvidas pelo município, elas estão a acontecer em face dessa mesma situação de muita transação e de muitas situações às quais temos que acorrer por sobreaquecimento do mercado, porque, eventualmente se baixarem essas receitas, também as necessidades de atuação, nessa área, não vão ser tão prementes e portanto, eu diria, que há aqui uma grande capacidade de ajustamento e ajustamente daquilo que é a despesa corrente do município, àquilo que... e obviamente da sua capacidade de investimento àquilo que é a dinâmica da própria economia. Mas ó Srs. Vereadores, convinha que os Srs. Vereadores quando vêm aqui dizer que nós não temos uma ação dinâmica sobre a área dos negócios, fossem ver qual é o crescimento das empresas, e o saldo, do último ano, por exemplo, no ano 2018. Porque o saldo, é claramente positivo, aos milhares, foram criadas mais de 2 mil empresas, o saldo é claramente positivo, é positivo, são muitos milhares de empresas novas...

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

**O Sr. Presidente em exercício (cont.):** - E também fecharam, mas fazendo saldo o saldo, que o saldo é isso, está a ver? É as que fecham, ou melhor, é as que nascem tirando as que fecham. E portanto, esse saldo continua a ser positivo. Portanto, eu diria, que aquele ranking não é por caso, nós não compramos a *Blooming Consulting*, vossas Excelências haveram de entender que a *Blooming Consulting* não é comprável nem pela Câmara de Lisboa nem por outra coisa qualquer, tem um conjunto de critérios para chegar aquele

ranking e, em todas aquelas matérias, nós somos os primeiros, apesar de toda a vossa desconfiança sobre esta política.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

**O Sr. Presidente em exercício (cont.):** - É verdade. Não estamos...

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

**O Sr. Presidente em exercício (cont.):** - ... eu vou lhe dizer Sr. Vereador: Nós temos muito para fazer e muito para melhorar.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

**O Sr. Presidente em exercício (cont.):** - Nós temos muito para fazer e muito para melhorar. Agora, têm que trabalhar um pouco mais, para nos darem mais conselhos e serem mais coerentes, nomeadamente, com aquilo que são os conselhos que dão aos vossos colegas, que não estão a fazer efeito, aos vossos camaradas de partido, se assim se pode chamar, camaradas, companheiros...

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

**O Sr. Presidente em exercício (cont.):** - ...não, camarada, camarada no sentido mais nobre do termo que não há outros. E portanto, a ideia é dizer-vos claramente que, temos muito para melhorar, a execução que os senhores dizem que é má, também estamos insatisfeitos com ela, mas, ainda assim, ela está acima dos Municípios Portugueses, por exemplo, quando os senhores dizem: Ah, estamos...o *ranking* do investimento.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

**O Sr. Presidente em exercício (cont.):** - O *ranquing* da transparência... também lá vamos, também lá vamos. Mas agora estamos em contas.

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

**O Sr. Presidente em exercício (cont.):** - Sim. sim, não tem, especialmente quando os processos já estão fechados, bem agora já estamos em mau perder, já fomos à transparência, já saímos das contas. 74% é a nossa execução nos eixos e a média, nós estamos acima da média da execução dos Municípios Portugueses, somos o maior, o mais complexo na sua gestão, por multiplicidade de unidades orgânicas que nos dificultam e que nós estamos a trabalhar nesse sentido aquilo que é a execução orçamental, mas ainda assim, também estamos acima da média, isso é interessante de perceber. Portanto, eu diria que percebo a vossa angústia, até admito que sonhem que fariam melhor, mas, para nos convencer disso e aos lisboetas, têm que ser mais coerentes. Desde logo do lado da receita, têm que vender 1º as vossas teses junto dos municípios que vocês têm mais afinidade, porque com este, as afinidades, como já vimos desde o princípio, são pessoais, mas não são políticas. E por outro lado, as vossas propostas são muito interessantes, algumas delas até têm sido acolhidas, noutras participam nas votações e têm aprovado, isto tem como resultado, este crescimento, este pequeno crescimento das receitas das despesas correntes, que tem sido claramente que é sustentável, que é demonstrável, será que é assim, é para vos tão estranho a análise daquela curvinha tão interessante que, por 2 anos consecutivos, estamos a baixa do alerta precoce naquele rácio que vos foi apresentado e que faz parte de algo tão claro e tão evidente e aprovar até, por maioria na Assembleia da República que a Lei das Finanças Locais? Isso não vos diz nada, esse rácio? É que a 1ª vez, desde o início do século, que a Câmara de Lisboa está abaixo do 1 naquele rácio, estamos no cento e sessenta e qualquer coisa, fizemos história, obrigado. Estamos numa época em que, de facto, é importante dizermos que fizemos história também nesse capítulo. Muito obrigado. Até me esqueço que sou eu hoje a gerir a reunião. Isto de fazer as duas coisas não é fácil.

**O Sr. Vereador João Pedro Costa:** - Sr. Presidente em exercício, eu queria lembrá-lo que o Sr. Presidente em exercício está também a gerir a reunião, que são 10 para as 8, estamos numa reunião à porta fechada, ninguém vai convencer ninguém de nada, vamos votar as propostas

(Intervenção imperceptível fora do microfone)

**O Sr. Presidente em exercício (cont.):** - Está a ver. Muito bem dito. Olhe, mais uma vez eu concordei consigo Sr. Vereador. Muito bem, então se

estamos todos de acordo podemos passar à votação, do ponto 5 da ordem de trabalhos a proposta 262/2019. Quem vota contra? Quem se abstém? Votou contra o CDS o PSD e o PCP, votos a favor das restantes forças Políticas.

**O Sr. Vereador Jorge Alves:-** Declaração de voto do PCP.

**O Sr. Presidente em exercício:** - Declaração de voto do PCP, do Bloco de Esquerda, do CDS...

**O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira:** - Declaração de voto do CDS, relativamente a todas as empresas e, relativamente, a estas mesmas contas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente em exercício pôs a votação a Proposta 262/2019 a qual foi aprovada por maioria com 8 votos a favor (5PS, 2Ind. e 1BE) e 7 votos contra (4CDS/PP,1PPD/PSD e 2PCP)

Os Srs. Vereadores do PCP, CDS/PP e BE apresentaram declaração de voto.